



Nova Cartografia Social: a extensão e a pesquisa como aportes ao ensino de Agroecologia

Franklin Plessmann de Carvalho¹

¹ Graduação em Agronomia pela Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Ciências Sociais (2008) e doutorado em Antropologia (2014) pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e coordenador do Núcleo de estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social apoiado pelo CNPQ. E-mail: franklinpcarvalho@ufrb.edu.br.

Resumo: A experiência de ensino em agroecologia refletida neste artigo se baseia nas relações de pesquisa e extensão com comunidades de fundo e fecho de pasto do interior da Bahia e que são orientadas através da interlocução com uma rede de pesquisadores e movimentos sociais vinculados ao *Projeto Nova Cartografia Social*. Aborda as implicações da minha trajetória profissional para o ensino de agroecologia na qual a organização de agroecossistemas é percebida a partir de modos de vida tradicionais. Conhecer esses modos de vida como base para a compreensão de racionalidades distintas que organizam sistemas produtivos em um conjunto de relações socioculturais próprias, marcadas por perspectivas específicas de relação com a natureza e uso dos recursos naturais. Esta relação com a natureza, sendo concebida dentro de uma perspectiva simbólica mais ampla de compreensão do mundo, no sentido que cada grupo social formula sua própria existência e a concepção de vida em geral.

Palavras Chaves: Processo de Territorialização; Conhecimento Tradicional, Unidades de Mobilização.

1. Introdução

O desafio do ensino de agroecologia perpassa toda minha vida profissional. Formado no final de 1996 como agrônomo pela Universidade de São Paulo (USP), tive a oportunidade e o desafio de trabalhar as concepções da agroecologia em situações distintas. Num primeiro momento, trabalhei como técnico de Organizações Não Governamentais (ONGs) e pela Comissão Pastoral da Terra



(CPT)¹. Foram sete anos de intenso contato com agricultores familiares do sertão da Bahia e no Amazonas (mais especificamente no médio e baixo rio Negro).

As experiências de trabalho no sertão nordestino e na Amazônia foram marcadas pela emergência e o fortalecimento de identidades sociais que passaram a representar modos de vida tradicionais. Estes modos de vida se encontravam ameaçados por interesses empresariais² que almejavam as terras e os recursos naturais que estavam em posse das famílias representadas por essas identidades. Ao mesmo tempo em que resistiam à grilagem de suas terras e eram impactados por transformações advindas do modo capitalista de produção, buscavam fortalecer seu modo de vida.

Visando compreender melhor esses modos de vida e suas transformações, identificando suas formas de organização e resistência, vou buscar nas ciências sociais, na antropologia, aportes teóricos e ferramentas metodológicas. Em 2005 entro no curso de mestrado de ciências sociais e em 2010 no doutorado em antropologia, ambos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este retorno à universidade foi orientado pela participação ativa em dois grupos de pesquisa. O primeiro é o *Programa de Pesquisa sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro*. O segundo grupo é a rede de pesquisadores e movimentos sociais vinculados ao *Projeto Nova Cartografia Social*. Estes dois grupos me propiciaram uma interlocução com pesquisadores e movimentos sociais de todo o Brasil, refletindo com bastante acuidade situações empiricamente verificáveis envolvendo povos indígenas de diferentes etnias, comunidades quilombolas, comunidades de fundo de pasto, comunidades de quebradeiras de coco babaçu, artesãs de arumã, piaçabeiros, povos dos faxinais, comunidades de pescadores e marisqueiras, povos ciganos.

Dentre estas situações destaco a das comunidades de fundos de pasto, na qual pude acompanhar diretamente o cotidiano de algumas famílias. Esse acompanhamento propiciou observar suas formas

¹ Nos anos de 1996 e 1997 trabalhei no Instituto Ecoar para a Cidadania, atuando na Zona Leste de São Paulo, mais precisamente no bairro de São Mateus. De 1997 a 2000 atuei no Centro de Assessoria do Assuruá, que na época se localizava no município de Gentio do Ouro, Bahia. Em 2001 atuei na Fundação Vitória Amazônica, trabalhando nos municípios de Novo Airão e Barcelos, no Amazonas. De 2002 a 2005 atuei pela Comissão Pastoral da Terra, assessorando equipes localizadas em sete dioceses do interior da Bahia.

² Refiro-me especificamente aos interesses relacionados à expansão de empresas do ramo da mineração, do agronegócio e turismo.



organizativas, seus sistemas produtivos e suas formas de resistência, caracterizadas pelas relações sociais que estabeleciam e pela formação de unidades de mobilização. Pude assim identificar como organizavam seus agroecossistemas, identificando os processos de territorialização na qual estavam inseridos. Ao observar os processos de territorialização conseguia compreender as condições de possibilidade na qual cada família organizava o uso das terras, num arranjo entre as terras em posse familiar com as de uso comum. Esse arranjo acabava por formar territorialidades específicas de cada família, caracterizando a formação de agroecossistemas próprios.

Atualmente sou professor do curso de licenciatura em Educação do Campo, com concentração em ciências agrárias, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Desta forma venho refletindo mais detidamente, desde maio de 2014, as implicações da minha trajetória profissional para o ensino formal e não formal de agroecologia. Na universidade sou responsável em ministrar os componentes curriculares “Bases Epistemológica da Agroecologia”, “Agroecologia” e “Transição Agroecológica”. Simultaneamente, sou chamado a fazer cursos para movimentos sociais e técnicos que estão atuando em comunidades tradicionais. Tanto no ambiente formal de ensino, como nas atividades não formais, percebo que as atividades de extensão e pesquisa direcionam o ensino de agroecologia que pratico.

2. Pesquisa e Extensão orientando o Ensino de Agroecologia

Durante estes quase vinte anos de vida profissional trabalhei com crianças, jovens e adultos, em ambientes formais e não formais de ensino. O foco do ensino da agroecologia passou do aprendizado de práticas agrícolas mais sustentáveis, na busca de mercados solidários e na identificação de agroecossistemas, para a compreensão dos modos de vida tradicionais. Conhecer esses modos de vida como base para a compreensão de racionalidades distintas, que organizam sistemas produtivos em um conjunto de relações socioculturais próprias, marcadas por perspectivas específicas de relação com a natureza e uso dos recursos naturais. Esta relação com a natureza sendo concebida dentro de uma perspectiva simbólica mais ampla de compreensão do mundo, no sentido que cada grupo social formula



para sua própria existência e vida em geral. O conhecimento tradicional valorizado como referência da construção destas perspectivas simbólicas, na qual a agência dos sujeitos é reforçada.

Nesta trajetória profissional pude acompanhar o fortalecimento da agroecologia como ciência de caráter interdisciplinar embasada por uma diversidade de experiências e metodologias. A valorização e incorporação dos conhecimentos tradicionais têm permitido uma revisão epistemológica dos pressupostos científicos e uma mudança na orientação do próprio ensino da agroecologia. Sem desmerecer a importância das práticas agrícolas sustentáveis, pois sem elas não se materializa uma relação mais equilibrada entre produção e sustentabilidade ambiental, estas práticas são concebidas dentro de agroecossistemas próprios, construídos dentro de modos de vida específicos.

O desafio que se coloca para o ensino de agroecologia é, portanto, um tanto complexo. A formação disciplinar e segmentada ainda está presente nos diversos cursos de nossas universidades. Até cursos como as licenciaturas interculturais indígenas ou as licenciaturas em educação do campo são marcados por esta segmentação. Mesmo a educação não formal, mais diversificada e inspirada pela educação popular e as metodologias participativas, tem dificuldade em articular a interdisciplinaridade e a relação com os conhecimentos tradicionais.

Quebrar com a segmentação disciplinar e estabelecer um verdadeiro diálogo com os saberes tradicionais já é um desafio e tanto. Este desafio se complexifica num contexto de intensa transformação, tanto dos pressupostos científicos como dos modos de vida tradicionais.

De um lado, as bases epistemológicas das ciências se abrem a novas concepções de objetividade e rigor científico. Conceitos são questionados e reformulados a luz de novas abordagens inspiradas por relações de pesquisa engajadas na transformação das desigualdades sociais e na preocupação com o desenvolvimento sustentável. Esse engajamento abre espaço para novas possibilidades de descrição de realidades concretas, muitas delas em situações de conflito. A quebra da segmentação disciplinar também provoca a revisão de conceitos e inspira novas formulações teóricas. Fugir do lugar comum e romper com a uniformidade das “escolas de pensamento” exige dos pesquisadores uma reflexividade constante sobre seu procedimento de pesquisa e a construção do próprio conhecimento.



A complexidade é tamanha ao perceber que os modos de vida tradicionais são dinâmicos, estão sempre sendo atualizados em sintonia às mudanças dos contextos em que estão inseridos. Como já aponte na introdução, destaco os impactos decorrentes do avanço dos interesses vinculados à economia capitalista que busca os recursos naturais localizados nas terras tradicionalmente ocupadas por uma diversidade de povos e comunidades. Simultaneamente, os processos de resistência destes povos engendram novas formas organizativas e estratégias de articulação. A tradição é concebida como forma de se contrapor ao modelo capitalista de desenvolvimento. A tradição é afirmada como um modo de existir contemporâneo.

Por fim, uma nova geração de agentes sociais indígenas, quilombolas, de fundos de pasto, pescadores, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, assentados, agricultores familiares estão adentrando nas universidades. Estão provocando mudanças, trazendo novos objetos de pesquisa e novas relações de engajamento. Depois de formados estão sendo contratados pelo Estado e ONGs e estão prestando serviços às suas próprias comunidades. Alguns estão se tornando pesquisadores. Outros retornando para suas localidades e fortalecendo suas organizações. Estão transformando tanto a universidade, as instituições de mediação e suas próprias localidades de origem.

Assim, percebo que o ensino de agroecologia deve estar sintonizado com estes desafios, rompendo com as pré-noções e a naturalização dos conceitos, ao mesmo tempo em que deve estar atento às transformações nos modos de vida e conhecimentos tradicionais. Minha trajetória profissional, e mais especificamente minha participação na rede de pesquisadores e movimentos sociais do *Projeto Nova Cartografia Social*, tem me permitido uma reelaboração de conceitos e ferramentas metodológicas que impactaram sobre minha maneira de ensinar agroecologia.

A relação de pesquisa estabelecida especificamente com a Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto e Fecho de Pasto, propiciou um engajamento que possibilitou a compreensão dos processos de transformação deste modo de vida tradicional. Tendo como referência os últimos 40 anos, as estratégias de resistência estabeleceram novas formas organizativas para combater a grilagem das terras e os impactos da ação do Estado. Foram criadas as “centrais e uniões de associações” numa dimensão mais localizada. Estabeleceu-se uma articulação entre as formas



organizativas locais, que permitiu visibilidade e interação com outros movimentos sociais. Os agentes sociais de fundo de pasto foram reconhecidos pelo governo e a sociedade, estabelecendo uma interlocução autônoma e direta, acionando, quando acham necessário, instituições de apoio como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), outras ONGs ou mesmo grupos de pesquisa da universidade.

Também nestes últimos 40 anos o tamanho das famílias foi reduzido de uma média de dez pessoas, para quatro ou cinco em cada família³. O sistema produtivo foi direcionado para a criação de animais, principalmente caprinos e ovinos. Novas técnicas de produção foram introduzidas, a maioria sintonizada com os princípios da convivência com o semiárido. As feiras locais foram invadidas por produtos vindos da agricultura comercial. O óleo vegetal substituiu a banha de porco no cotidiano das famílias. Produtos oriundos de quintais, hortas e da criação de galinhas são valorizados e estimulados. A monetarização da economia vira uma realidade, seja pelos benefícios sociais, como a aposentadoria rural ou o bolsa família, como pelos programas de crédito agrícola, tais como o PRONAF, ou de segurança alimentar como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa monetarização veio a fortalecer o valor de troca dos produtos, que antes eram mais vinculados ao seu valor de uso. Também se diversificaram as atividades econômicas não agrícolas, propiciando deslocamentos na forma de perceber o uso da terra. Essas mudanças acarretaram a redução das áreas destinadas à produção de alimentos, que foram substituídas pela produção voltada à criação animal.

Todas estas mudanças acarretaram em um novo arranjo na utilização das terras, na combinação entre as áreas em posse das famílias e o uso comum. A atualização no uso comum e as novas necessidades para reprodução social das famílias implicam em novos arranjos na organização dos agroecossistemas. A importância da roça, como um espaço de reprodução social, está em transição.

O ensino de agroecologia que exercito é orientado pela percepção destas transformações. Transformações tanto no que concerne aos modos de vida e aos conhecimentos tradicionais a eles vinculados, como na possibilidade epistemológica para uma ciência que reformula seus padrões de

³ Aqui me refiro especificamente às comunidades de Fundo de Pasto da região de Oliveira dos Brejinhos.



rigor e engajamento. É na relação de pesquisa, entranhada nas relações de extensão, que se selecionam as estratégias e materiais de ensino.

Desta forma, dois movimentos são simultâneos. A desconstrução das pré-noções, do senso comum⁴, possibilitando uma crítica da organização do mundo colonial e suas atualizações que visam perpetuar a dominação. Essa desconstrução vem acompanhada do exercício de descrição de realidades localizadas, descrição esta baseada na reformulação de conceitos, num engajamento específico com as lutas sociais, num diálogo profundo com os conhecimentos tradicionais. O ensino de agroecologia propiciando uma reorientação na forma de compreensão das relações sociais no mundo e nas possibilidades de sua transformação.

3. Princípios e desafios na educação em Agroecologia

O desafio o qual me proponho a enfrentar, nos diferentes espaços de educação em Agroecologia na qual me encontro envolvido, parte de uma concepção de transição agroecológica como “construção social”. Esta concepção é apresentada por Cláudia Schmitt no texto *Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira* (SCHMITT, 2009, p. 173-178).

Neste texto Schmitt destaca algumas mudanças na concepção teórica e metodológica que ocorreram no campo científico, especialmente a partir dos anos 70 do século XX, e por tabela na construção da “ciência agroecologia”. De maneira sintética, retoma algumas situações de contraposição, teóricas e metodológicas, às concepções da revolução verde. Apresenta autores que vão construindo o campo agroecológico⁵, sintonizados na busca de “formas mais sustentáveis de agricultura”, mas também algumas de suas distinções. Vai descrevendo como o pensamento

⁴ Quero deixar clara a distinção que faço de senso comum, como um saber vulgarizado, de conhecimento tradicional, que representa um saber detido e processualmente construído.

⁵ São inúmeros os autores citados neste trabalho de Schmitt. Destaco os que tenho utilizado como referência para compreensão da construção da agroecologia como ciência: Miguel Altieri, Stephen Gliessmann, Eduardo Sevilla-Guzmán, Jan Douwe Van der Ploeg, José Antônio Costabeber, Francisco Caporal, Jean Marc Von der Weid e Paulo Petersen.



agroecológico vai se formando, num ambiente interdisciplinar, na qual as ciências humanas são incorporadas às ciências da natureza.

Ainda este texto possibilita visualizar um processo de mudança na forma de perceber a transição agroecológica. Em um primeiro momento a transição era percebida como a simples substituição de insumos, de industrializados para orgânicos. Essa perspectiva vai incorporando outros elementos, se complexifica, passando pela adoção de princípios ecológicos e o manejo de agroecossistemas, de uma visão meramente técnica para a compreensão de contextos sociais e ambientais, variados e específicos, que possibilitam diferentes formas de pensar as relações ecológicas e organizar os agroecossistemas.

Percebo a importância de uma ruptura, que pode ser fundamentada na concepção de transição enfocada por Schmitt, que nos leva à necessidade de compreender modos de vida reais, contemporâneos, identificando como estes modos de vida organizam agroecossistemas, como os agentes sociais percebem e estabelecem relação com a “natureza”. O conhecimento tradicional e a agência dos sujeitos detentores deste conhecimento passam a ser cada vez mais valorizados, fato que é reforçado com o aperfeiçoamento das instâncias de organização dos movimentos sociais.

A ruptura a que me refiro diz respeito a uma forma de racionalizar o mundo, uma forma específica de objetivar e quantificar, de estabelecer rigor e exatidão, que se restringem a uma função prática e elide o sujeito da ação. Para romper com esta forma de pensar o mundo há necessidade de elaborar uma crítica ao pensamento cartesiano, e ao mesmo tempo, dar visibilidade a epistemologias não cartesianas. Neste sentido a produção do filósofo francês Gaston Bachelard⁶ tem sido inspiradora. No livro “O novo espírito científico”, especificamente no texto “A epistemologia não cartesiana”,

⁶ Bachelard foi matemático de formação e nos anos iniciais de sua vida docente ministrou o ensino de ciência, como física e química. Destacou-se como filósofo da epistemologia ao questionar o pensamento dominante nas ciências, demonstrando a limitação do pensamento cartesiano e a fragilidade de doutrinas como o positivismo e o evolucionismo. Ao fazer estes questionamentos em um centro da difusão do pensamento colonial, a França, abriu um campo de possibilidades para novas abordagens teóricas e metodológicas e inspirou a reformulação do campo científico. O uso das proposições deste autor no ensino de agroecologia possibilita perceber que a construção da agroecologia como ciência se relaciona com mudanças mais amplas no campo científico.



apresenta críticas aos esquemas dominantes de pensamento, ao senso comum, a naturalização dos conceitos científicos e a padronização metodológica. (BACHELARD, 1996, p. 121-151)

Partindo do pressuposto que conhecimento científico não é erudição, mas sim o campo da razão, entendida como domínio do racional e produto de um processo de simplificação, Bachelard defende que o rigor científico parte da necessidade da reflexão sobre o próprio método de pesquisa. Para ele o método cartesiano estabelece uma explicação bem definida do mundo, não complica a experiência e separa matéria de movimentos. Já o “novo espírito científico”, que alimenta o pensamento científico contemporâneo, parte de relações de incerteza e se contrapõe à análise absoluta, na qual matéria e movimento podem ser percebidos conjuntamente e em constante transformação. A construção da “verdade” deve passar pela demonstração e a evidência, pela explicitação do método, pela resignificação de conceitos e assim, a reelaboração dos parâmetros de rigor científico. Rigor não é rigidez.⁷

Desta forma, percebo que o ensino de agroecologia deve ser crítico não só com relação às matrizes de pensamento cartesiano que embasam as concepções da revolução verde. Há a necessidade de realizar uma leitura crítica de esquemas interpretativos que são costumeiramente utilizados até mesmo por autores que estão construindo o campo agroecológico de conhecimento. Por compartilhar certo senso comum erudito, acabam por naturalizar conceitos e assim camuflar disputas pelos significados, disputas marcadas por antagonismos sociais. Estes esquemas interpretativos são baseados em auto evidências, que dispensam argumentos e explicações mais detidas. Também a “procura apressada de generalizações”, que buscam explicar qualquer situação, deve ser rechaçada. Aqui me inspiro no antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, especificamente no texto *Biologismos, Geografismos e Dualismos: notas para uma leitura de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual* (ALMEIDA, 2008, p. 15-126).

⁷ Utilizo como referência outros dois autores franceses. Em Michel Foucault embaso a crítica dos pressupostos do pensamento científico dominante através de uma arqueologia do saber (FOUCAULT, 2002) e em Pierre Bourdieu referencio as novas possibilidades de rigor que são construídas numa constante vigilância epistêmica, numa ação de reflexividade reflexa (refletir a maneira como se faz a reflexão) e na construção de novas formas de engajamento com os agentes sociais. (BOURDIEU, 2006) (2007) (2001)



Neste texto Almeida argumenta que a ideologia oficial de “progresso” foi combinada com o que se denomina de “racionalidade econômica”, sendo produzida e propagada ao longo do tempo, desde o período colonial, tornando-se uma sociologia espontânea de explicação de mundo. Os modelos considerados “objetivos” e “racionais” possuiriam inspiração naturalista, amarrados em conceitos biológicos que permearam argumentos demográficos e até categorias censitárias ainda hoje adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como os critérios de tipos humanos a partir da cor da pele. Presente até hoje nas formulações que embasam grandes projetos, esta ideologia de progresso justifica a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e a desestruturação de modos de vida. Povos e comunidades tradicionais são vistos como formas rudimentares, primitivas ou ainda como “economias naturais”, sendo interpretados como uma mera continuação da natureza, na qual fenômenos sociológicos e culturais aparecem submetidos a processos biológicos e a leis naturais (ALMEIDA, 2008, p. 24-30).

Não é simples romper com esta abordagem “bio-organicista”, pois se tornou um procedimento de pensar enraizado na nossa própria formação. Assim, uma crítica mais geral de concepções desenvolvimentistas pode permanecer utilizando esquemas de interpretação de mundo que foram construindo modalidades de oposição entre “civilização” e “vida selvagem”, entre “progresso” e “atraso”, entre “modernidade” e “primitivismo”, entre “racional” e “nativo”, entre “sedentarização” e “nomadismo”, entre “harmonia” e “desequilíbrio”, entre “terra” e “território”. Esses esquemas são reproduzidos quase que automaticamente, onde um conjunto de oposições acaba por marcar uma série de interpretações que se explicariam pela “geografia”, pela “topografia”, pela “botânica”, pela “zoologia”, pela “geologia”, ou pela “biologia” (ALMEIDA, 2008, p. 31-32). Uma assimilação acrítica das explicações formuladas por estas disciplinas científicas podem levar à reprodução de interpretações que dificultam a percepção de diversas racionalidades presentes em distintos modos de vida.

O senso-comum erudito generaliza interpretações e é um obstáculo ao conhecimento específico de processos reais e de realidades localizadas. Dificulta perceber o saber dos agentes sociais, como constroem o conhecimento tradicional, como organizam seus agroecossistemas. Faz-se então necessária uma análise crítica das interpretações que parecem dominar o discurso intelectual. Por



exemplo, no discurso ambientalista é comum se objetivar a questão ambiental sem sujeito, na qual se prioriza a descrição de ecossistemas e pretende uma forma de classificação ou “zoneamento” exclusivamente por biomas. Termos como “indivíduos”, “coletividade” e “população” são privilegiados, e a noção de “comunidade” é resultante de relações simbióticas. Estas expressões derivam da compreensão de sujeitos “biologizados”. Esta forma de compreensão do mundo deu suporte a uma ecologia humana na qual a agência dos sujeitos estaria condicionada aos fatores biológicos. (ALMEIDA, 2008, p. 64)

Outro exemplo pode ser visualizado nas interpretações que dominam diferentes formações discursivas que dão relevância a fatores naturais – bacias hidrográficas, tipos de solo, topografia. A perspectiva de “isolamento” e “influência do meio” busca explicar as relações que se estabelecem entre seres humanos, que seriam reflexo das relações espaciais e bióticas. A ecologia humana novamente aparece explicando o aparecimento de “comunidades”, mas acentuando a competição entre indivíduos, grupos, raças e instituições. (ALMEIDA, 2008, p. 65)

Por fim, a oposição entre “natureza” e “cultura” se estabelece para explicar as distinções entre “tradicional” e “moderno”, “agricultura” e “indústria”, “extrativismo” de base familiar e “plantation”. A “racionalização” é apresentada como uma substituição de processos “tradicionalistas” por processos obtidos através de uma análise técnica, “racional” e “adequada” para atingir um determinado fim (ALMEIDA, 2008, p. 65).

A ruptura a estes pressupostos nos permite compreender distintas formas de racionalização, na qual se percebe o conhecimento sendo construído através de referenciais distintos. A diretriz básica da agroecologia, “aprender com a natureza, observando as inter-relações da diversidade dos seres vivos nos diversos ecossistemas”, deve levar em conta que esse aprender e essa observação não se separam do sujeito que faz a observação e aprende com ela. Não existiria um “imitar a natureza”, como se natureza fosse algo absoluto e possível de um conhecimento intrínseco, um “saber natural” a ser descoberto. Ao contrário, devemos compreender as distintas formas de se observar a natureza, compreendendo inclusive qual o significado de “natureza” para diferentes grupos sociais. Devemos



compreender que elementos são levados em conta nesta observação, quais os critérios selecionados para a construção do conhecimento (BOURDIEU, 1999, p. 693-713).

Com isso, o campo do estudo em agroecologia se abre cada vez mais radicalmente à compreensão de uma diversidade de modos de vida. Um campo aberto a novas formas de descrição baseadas num conhecimento mais detido de realidades localizadas, impondo uma nova forma de perceber o rigor científico, na qual se visualizam perspectivas distintas que se colocam em confronto com o pensamento colonial. Povos e comunidades tradicionais, suas unidades de mobilização e seus processos de territorialização como referências para compreensão de territorialidades específicas, que organizam agroecossistemas. Reforço que esses processos estão ocorrendo num contexto no qual os agentes sociais articulam cada vez mais os conhecimentos tradicionais com conhecimentos acadêmicos (ALMEIDA, 2013) (2008). Um campo em grande transformação, aberto a novas descrições, a uma nova cartografia social, a novas formas de pensar e perceber as relações e a organização do mundo.

4. Considerações Finais

Finalizo reforçando que a experiência no ensino de agroecologia por mim vivenciada e aqui refletida é decorrente de uma trajetória de engajamento, propiciada pelo estabelecimento de relações de pesquisa e extensão. Essas relações foram orientadas pela interlocução que estabeleci com a rede de pesquisadores e movimentos sociais do *Projeto Nova Cartografia Social*. Esta interlocução propiciou visualizar diversas realidades localizadas em contextos complexos e identificar unidades de mobilização que conformam novas formas de organização social. Através de encontros e materiais produzidos por pesquisadores e agentes sociais, pude perceber a construção e atualização de conhecimentos tradicionais de diferentes grupos. Acompanhando de perto o contexto das comunidades de fundo de pasto da Bahia, fui compreendendo a construção de conhecimentos que orientam, por sua vez, o arranjo de agroecossistemas e selecionam as práticas agrícolas através de relações específicas de sustentabilidade.



Minha trajetória profissional é de um agrônomo que passa a articular os conhecimentos e metodologias das ciências sociais, da antropologia. As realidades vivenciadas indicaram a necessidade de novas ferramentas teóricas e metodológicas para dar conta de sua compreensão. Ferramentas estas que marcam a limitação do pensamento cartesiano e rompem com as pré-noções, com as interpretações baseadas em um discurso de progresso, em uma racionalidade subordinada a interesses específicos, como os do agronegócio e da indústria de mineração. A perspectiva de rigor científico passando pela descrição e reflexão do processo de construção do conhecimento.

O ensino de agroecologia torna-se então dinâmico, atrelado aos conhecimentos tradicionais e em diálogo constante com os agentes sociais. Agentes estes que passam a ingressar na academia, reformulando a ciência, a mediação e os próprios conhecimentos tradicionais.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. D. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. D. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. D. *Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras*. In: ALMEIDA, A. W. B. D.; JÚNIOR, E. D. A. F. *Catálogo Povos e Comunidades Tradicionais: Nova Cartografia Social*. Manaus: UEA, 2013. p. 157-173.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para a psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1999. p. 693-713.

BOURDIEU, P. *Por um conhecimento engajado*. In: _____ *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 36-45.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.



BOURDIEU, P. *Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento*. In: _____ *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 203-229.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SCHMITT, C. J. *Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural*. In: SAUER, S. *Agroecologia e os desafios da transição agroecossistemas*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 173-198.